



Os povos oprimidos, vencerão!

**OS PAÍSES QUEREM A  
INDEPENDÊNCIA**

**AS NAÇÕES A LIBERTAÇÃO**

**OS POVOS A REVOLUÇÃO**

## CIRCULAR Nº 17 / TRABALHO CAMPONÊS - BEIRAS

## A SITUAÇÃO POLÍTICA E A MOBILIZAÇÃO DOS PMA

1 - Torna-se desnecessário estar aqui a repetir a necessidade im-  
periosa de mobilização dos pequenos e médios agricultores, a im-  
portância de sua participação no processo revolucionário e o quan-  
to estamos atrasados nesta frente de luta.

A esse propósito as afirmações contidas na circular nº 12 "re-  
comendações para o trabalho camponês nas Beiras" mantêm toda a  
sua actualidade.

Reforçar a organização do Partido, dar decididos passos para  
a organização unitária e de massas dos agricultores e para a sua  
mobilização, deverão ser preocupações constantes na nossa activi-  
dade.

2 - Neste momento colocam-se novas tarefas para o nosso trabalho,  
que resultam da formação do VI Governo Provisório, e da ameaça de  
uma viragem à direita que se traduziu já na suspensão de algumas  
medidas progressistas do anterior Governo.

Logo no início da sua actividade o VI Governo Provisório sus-  
pendeu:

- lei dos baldios;
- lei dos foros;
- lei sobre a regulamentação do trabalho rural;
- regulamentação sobre a formação de ligas camponesas.

Consta-se ainda que o Dr. Magalhães Mota (PPD), Ministro do  
Comércio Interno, terá posto em causa a diminuição do preço dos  
adubos (20% em geral, 30% para os PMA) e terá proposto a anulação  
deste desconto.

Estariam também a existir fortes pressões reaccionárias (às  
quais alguns sectores do Governo estariam sensíveis) para que não  
se concretiza-se a lei do arrendamento rural e a lei sobre o sa-  
neamento das cooperativas.

Também na esfera do escoamento e da comercialização dos pro-  
dutos estão a ser colocadas diversas dificuldades ao nível gover-  
namental. Assim assistimos a vários entraves e atrasos na venda  
do vinho para a URSS (quando empresas privadas portuguesas e pa-  
íses estrangeiros ofereciam o vinho a mais baixo preço), à falta  
de apoio económico à JNPP (o que motiva atrasos no pagamento do  
leite e do gado), etc. Estas entraves escondem propósitos de pôr  
em causa elementos progressistas que estão à frente de organis-  
mos económicos (JNV, JNPP, etc), e de impedir a aplicação das me-  
didas de intervenção decididas por esses organismos os quais vêm  
ajudar a resolver o escoamento dos produtos agrícolas e vêm li-

quider simultaneamente o parasitismo e a exploração dos intermediários.

A suspensão de leis já aprovadas, os entraves que surgem, o atrasar de medidas que se impõem, etc., revelam bem os propósitos direitistas de que são responsáveis o PSD e a direcção do PS. São atitudes que vão contra os interesses dos pequenos e médios agricultores contra as quais é preciso (e possível) mobilizar os agricultores.

3 - Pensamos que apesar do atraso na organização e na consciência política dos pequenos e médios agricultores é possível mobilizá-los para a luta em torno de problemas concretos e muito sentidos (recorde-se por exemplo a luta pela recuperação dos baldios antes de 25 de Abril).

Será através dessas lutas e da sua participação nelas que os agricultores ganharão uma melhor consciência política e conseguirão criar a sua organização.

Não há esquemas rígidos para a organização. Para cada luta, para cada local, para cada situação deveremos ter a maleabilidade suficiente que sirva para os organizar e para fazer avançar a luta.

4 - Frentes de Luta.

4.1- FOROS - Criou-se e desenvolveu-se o Movimento Para a Extinção dos Foros. Depois de uma ampla divulgação dos seus objectivos e consequente adesão de centenas de agricultores foreiros do Norte a Sul do País, e que se traduziu em abaixo-assinados, cartas, reuniões, comissões, etc., realizou-se no domingo dia 5 de Out. uma manifestação-comício em que participaram 250 agricultores, no Avenal - Condeixa.

Nessa manifestação foi eleita uma comissão que já pediu uma audiência ao Presidente da República.

Que ninguém pague foros! - deve ser a palavra de ordem.

Enviar os avisos de pagamento ao Governo, fazer mais abaixo-assinados, enviar cartas para os jornais, criar novas comissões, fomentar ainda um maior apoio ao movimento, realizar outras manifestações noutros locais, eis algumas das formas de luta imediatas.

4.2- BALDIOS

Está a surgir o movimento dos utentes dos baldios.

De momento a reivindicação é a do retorno dos baldios às populações, com a publicação imediata de lei aprovada pelo V Governo.

Depois, o movimento deverá orientar a sua actividade no sentido de fomentar formas colectivas de exploração dos baldios,

e de promover o intercâmbio de informações e de experiências.

Pensamos que apenas os agricultores e os assalariados a grícolas devem ser considerados utentes de baldios, e que se deve procurar ainda preservar o seu carácter colectivo. Estas questões deveriam ser incluídas na lei.

Desde já se deve procurar dar todo o apoio ao abaixo-assinado que circula e a máxima divulgação ao comunicado-carta do movimento.

Deve-se fomentar a criação de comissões de utentes de baldios e a realização de Assembleias. Esta orientação está já a ser seguida em alguns sítios, nomeadamente no Préstimo (Águeda) onde se realizou uma assembleia no dia 10 de Out. em que foi eleita uma comissão.

O movimento poderia enquadrar estas comissões, realizando dinter-comissões, promovendo abaixo-assinados, conferências de imprensa, manifestações, etc.

4.3- As ligas de pequenos e médios agricultores (ou comissões pró-liga) devem fomentar e apoiar as reivindicações e lutas dos agricultores. Devem orientar a sua actividade no sentido de impedirem um retrocesso, uma viragem à direita do VI Governo Provisório, denunciando em cada caso concreto as medidas que vão contra os interesses dos que trabalham na terra e que atrasam a realização da reforma agrária.

Assim as ligas no momento devem lutar para:

- que seja aplicada a lei do arrendamento rural e as tabelas dos valores máximos das rendas (ver circular nº 16); deverão ainda reivindicar a inclusão da casa no contrato e assistência jurídica. Será de procurar dar a máxima divulgação à lei e às tabelas, promovendo reuniões de rendeiros, procurar um apoio jurídico, ajudar os rendeiros a elaborar os contratos, criar comissões de rendeiros. Tudo isto poderá proporcionar a criação de um vasto movimento;

- que seja aplicada a lei do saneamento das cooperativas (ver circular nº 13). Em princípio o prazo para a realização de eleições terminaria nos fins de Outubro. Tal como prevíamos os caciques, os parasitas, e os reaccionários têm tentado criar uma feroz oposição à sua concretização. Em cada local, perante casos concretos que sejam abrangidos pela lei, deve-se denunciar os dirigentes, os seus compromissos, e forma como são abrangidos pelo saneamento, concretizando com os artigos que impedem a sua elegibilidade, assim como a situação económica e a actuação da cooperativa;

- que seja publicada a legislação sobre a criação de ligas camponesas;

- que continue a intervenção estatal no abate do gado,, e na recolha e comercialização dos produtos agrícolas, aumentando a sua eficácia, e o seu alargamento a outros produtos, e uma maior prontidão governamental no seu pagamento. As ligas para além de exigirem a fixação de preços antes das sementeiras e promoverem a sua discussão entre agricultores, devem também exigir, em alguns casos, melhores preços e contribuir para uma melhor organização tanto na venda e distribuição dos factores de produção (adubos, sementes, pesticidas, etc), como na recolha e comercialização dos produtos agrícolas e pecuários. Para isso será do maior interesse que se promovam reuniões entre os organismos estatais de comercialização (Inst. Cereais, JNPP, JNV, JNF, etc) , as cooperativas, as ligas, as com. liq. dos gr. da lav., SADA, IRA, etc.

4.4- Também as cooperativas e as com. liquid. devem tomar posição e apoiar a acção das ligas (substituindo-as provisoriamente nos sítios onde não existirem) sobre os problemas atrás levantados.

Terá o máximo interesse que se realizem reuniões inter-comissões liquidatárias e reuniões inter-cooperativas em que fossem tratados estes problemas ou outros, e nos quais fossem aprovadas moções a enviar ao Governo.

#### 4.5- Sindicatos de assalariados agrícolas.

Os indicatos (Castelo Branco) e as comissões pró-sindicato (Armamar, Santar, Fig. da Foz, etc.) existentes deveriam exigir a saída da lei sobre a regulamentação do trabalho rural. Devem ainda promover reuniões de trabalhadores onde sejam aprovadas moções. Nos locais onde ainda não existirem e que, pela concentração de trabalhadores, se justifiquem esta acção pode servir de motivo para a sua criação.

5- Para além destas e de outras frentes de luta será de dar uma especial atenção à Previdência rural.

É um justo anseio dos agricultores passarem a ter melhores reformas, melhor assistência médica, etc. Também neste campo os peq. e méd. agricultores estão em nítida desvantagem em relação aos trabalhadores da indústria e dos serviços.

O decreto-lei 174-B/75 que regula a previdência rural deverá ser revisto nos princípios do próximo ano. Os agricultores e os assalariados rurais têm uma palavra a dizer. Deve-se fomentar uma ampla discussão que permita a formulação de reivindicações. Pensámos que seria de criar um movimento por uma melhor

previdência rural que teria como objectivo levar os agricultores a formular as suas reivindicações na base de amplas reuniões, encontros, etc.

De momento será de dar a maior divulgação ao texto sobre a Previdência Rural que a DDRB do PCP editou e iniciar desde já um debate amplo sobre o mesmo.

/X/

6 - Ao elaborarmos esta circular pensamos em esgotar <sup>não</sup> todos os assuntos. Desejámos apenas chamar a atenção para as novas tarefas no trabalho camponês, e para as frentes de luta que já se abriram e para aquelas que é necessário criar.

A prática tem demonstrado que é possível mobilizar e organizar os agricultores. Nos últimos tempos, apesar das debilidades e das dificuldades no nosso trabalho, alguns passos se têm dado. No entanto é preciso dar maior atenção a este sector, e preciso avançar mais. Por todo o lado o movimento unitário e de massas dos camponeses tem de despertar - o seu êxito depende do nosso trabalho.

Ao trabalho, camaradas !

16 de Outubro de 1975